



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

**ANEXO II**

**CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS –  
SUBSTITUIÇÃO DE PAREDE COMPOSTA POR TIJOLOS DE VIDRO POR  
FACHADA DE VIDRO (FACHADA GLAZING) NA DELEGACIA DE POLÍCIA  
FEDERAL DE GUAÍRA/PR**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## SUMÁRIO

<b>DEFINIÇÕES .....</b>	<b>5</b>
<b>1.1 OBJETO .....</b>	<b>5</b>
<b>1.2 CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>5</b>
<b>1.3 CONTRATADA .....</b>	<b>5</b>
<b>1.4 CONTRATANTE .....</b>	<b>5</b>
<b>1.5 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO .....</b>	<b>5</b>
<b>1.6 REGISTRO DE OCORRÊNCIAS .....</b>	<b>5</b>
<b>1.7 DISCRIMINAÇÃO TÉCNICA .....</b>	<b>6</b>
<b>1.8 DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>6</b>
<b>1.9 ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS .....</b>	<b>6</b>
<b>1.10 FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1.11 INSTRUÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>6</b>
<b>1.12 MATERIAIS OU EQUIPAMENTOS SIMILARES .....</b>	<b>6</b>
<b>1.13 MEDIÇÃO DE SERVIÇOS .....</b>	<b>7</b>
<b>1.14 OBRA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA .....</b>	<b>7</b>
<b>1.15 PRAZO GLOBAL .....</b>	<b>7</b>
<b>1.16 PRAZO PARCIAL.....</b>	<b>7</b>
<b>1.17 PROJETISTA .....</b>	<b>7</b>
<b>1.18 PROJETO .....</b>	<b>7</b>
<b>1.19 PROJETO BÁSICO .....</b>	<b>7</b>
<b>1.20 PROJETO EXECUTIVO .....</b>	<b>8</b>
<b>1.21 PROJETO COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") .....</b>	<b>8</b>
<b>1.22 SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....</b>	<b>8</b>
<b>1.23 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....</b>	<b>8</b>
<b>1.24 METROLOGIA E NORMATIZAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 DA VISTORIA TÉCNICA (PRÉ-LICITAÇÃO) .....</b>	<b>9</b>
<b>2.2 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....</b>	<b>9</b>
<b>2.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....</b>	<b>9</b>
<b>2.4 PLANEJAMENTO DAS OBRAS.....</b>	<b>9</b>
<b>2.5 AMOSTRAS E CRITÉRIOS DE ANALOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>2.6 FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS .....</b>	<b>12</b>
<b>2.7 LICENÇAS E FRANQUIAS PARA EXECUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.8 CONTROLE DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.9 DA SUBCONTRATAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.10 COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.11 ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.12 IMPOSTOS.....</b>	<b>13</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

2.13	SEGUROS E ACIDENTES.....	13
2.14	ELEMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO.....	14
2.15	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA - EPC.....	14
2.16	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI .....	14
2.17	ARREMATAS FINAIS .....	14
2.18	RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO .....	14
2.19	ENTREGA FINAL.....	15
2.20	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA .....	15
2.21	DEFEITO OCULTO.....	18
2.22	PEÇAS DE REPOSIÇÃO .....	18
2.23	OUTRAS DESPESAS A CARGO DA CONTRATADA .....	18
<b>3</b>	<b>SERVIÇOS GERAIS.....</b>	<b>19</b>
3.1	TRANSPORTE E EQUIPAMENTOS .....	19
3.2	ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS.....	19
3.3	REMOÇÃO DE ENTULHOS .....	19
<b>4</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....</b>	<b>20</b>
4.1	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS: .....	20
4.2	ADMINISTRAÇÃO DO CANTEIRO .....	20
4.3	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO .....	22
4.4	RESPONSABILIDADES E SIGILO DAS INFORMAÇÕES .....	22
4.5	PROJETO, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E CRITÉRIOS DE ANALOGIA.....	23
4.6	PROGRAMAÇÃO .....	23
4.7	FISCALIZAÇÃO DO CONTRATANTE.....	24
4.8	MEDIÇÃO DE SERVIÇO .....	24
4.9	REGISTRO DE OCORRÊNCIAS.....	25
<b>5</b>	<b>ILUSTRAÇÕES DAS ÁREAS A SEREM ISOLADAS.....</b>	<b>26</b>
<b>6</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES .....</b>	<b>28</b>
6.1	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<b>7</b>	<b>REMOÇÃO PERIÓDICA DE ENTULHO, COM TRANSPORTE PARA ATERRO LICENCIADO . ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>	
<b>8</b>	<b>INSTALAÇÃO DE TAPUMES, COM PORTAS.....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>9</b>	<b>LONA PARA PROTEÇÃO DE ÁREAS ISOLADAS .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

- 10** **PINTURA .....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
- 11** **LIMPEZA DA OBRA .....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
- 12** **DISPOSIÇÕES FINAIS .....**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## DEFINIÇÕES

### 1.1 Objeto

Este Caderno de Encargos e Especificações compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo CONTRATANTE – Polícia Federal – para a contratação, execução, fiscalização e controle de serviços para a **SUBSTITUIÇÃO DE PAREDE COMPOSTA POR TIJOLOS DE VIDRO POR FACHADA DE VIDRO (FACHADA GLAZING), NA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE GUAÍRA/PR**, conforme projeto anexo.

### 1.2 Caderno de Encargos e Especificações Técnicas

Conjunto de especificações, critérios, condições e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CONTRATANTE para a contratação, execução, fiscalização e controle de obras ou serviços.

### 1.3 Contratada

Empresa ou profissional contratado, de acordo com a legislação em vigor, para execução da obra ou serviço.

### 1.4 Contratante

Polícia Federal - PF.

### 1.5 Cronograma Físico-Financeiro

Representação gráfica do andamento previsto para a obra ou serviço, em relação ao tempo e respectivos desembolsos financeiros. O Cronograma Físico-Financeiro é dividido em:

- Item: cada uma das barras horizontais do cronograma, ou seja, serviços individualizados necessários para a realização total do objeto do contrato.
- Etapa: cada uma das partes em que está dividido um item, correspondendo, a cada uma delas, uma parcela do prazo total de execução constante do cronograma.
- Fase: conjunto das diversas etapas do cronograma realizadas em determinado tempo.
- Período: lapso temporal previsto para início e término de determinada etapa da obra ou serviço.

### 1.6 Registro de Ocorrências

São todos os documentos gerados entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, como atas de reunião, diário de obra, correio eletrônico, informações e ofícios, entre outros, que subsidiam e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

comprovam a coordenação do objeto pela FISCALIZAÇÃO em conjunto com a executante; além de fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento do serviço.

## 1.7 Discriminação Técnica

Conjunto de materiais, equipamentos e técnicas de execução a serem empregados na obra ou serviço.

## 1.8 Disposições Gerais

Conjunto de normas, instruções e procedimentos técnicos para a licitação, contratação e fiscalização de obras ou serviços.

## 1.9 Especificações de Materiais e Equipamentos

Normas destinadas a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semiacabados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semiacabados.

## 1.10 Fiscalização

Atividade de acompanhamento sistemático, pelo CONTRATANTE, da obra ou serviço de Engenharia e Arquitetura, verificando o cumprimento das disposições contratuais em todos os seus aspectos.

## 1.11 Instruções Técnicas

Conjunto de indicações para se tratar e levar a termo um serviço técnico de Engenharia e Arquitetura, definindo e caracterizando o seu objeto, nelas incluído o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

## 1.12 Materiais ou Equipamentos Similares

A equivalência de componentes da edificação será fundamentada, se necessário para o objeto específico e solicitada pela FISCALIZAÇÃO, em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos, aceitos pelo CONTRATANTE e adotando-se os seguintes critérios:

- A. **Materiais ou equipamentos similares / equivalentes** – Que desempenham idêntica função e apresentam as mesmas características exigidas nos projetos. O ajuste será feito sem compensação financeira para as partes e deverá ser autorizado pela FISCALIZAÇÃO no Diário de Obras.
- B. **Materiais ou equipamentos similares / semelhantes** – Que desempenham idêntica função, mas não apresentam as mesmas características exigidas nos projetos. O ajuste será feito com compensação financeira (glosas ou adições) para uma das partes e somente poderá ser autorizado pelo CONTRATANTE, através de aditivo contratual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

C. **Materiais ou equipamentos simplesmente adicionados ou retirados** – Que durante a execução foram identificados como sendo necessários ou desnecessários à execução dos serviços e/ou obras. O ajuste será feito com compensação financeira (glosas ou adições) para uma das partes e somente poderá ser autorizado pelo CONTRATANTE, através de aditivo contratual.

### 1.13 Medição de Serviços

Apuração dos quantitativos e valores realizados das obras ou serviços com base em critérios previamente definidos neste caderno de encargos e especificações técnicas. Casos omissos serão definidos com base nas orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União ou por sistemas técnicos oficiais.

### 1.14 Obra de Engenharia e Arquitetura

Trabalho segundo as determinações do projeto e as normas adequadas, destinadas a modificar, adaptar, recuperar ou criar um bem, ou que tenha como resultado qualquer transformação, preservação ou recuperação do ambiente natural, doravante denominado simplesmente obra.

### 1.15 Prazo Global

É o prazo, em dias corridos, para a realização total das obras ou serviços, conforme estabelecido no Edital, nele excluindo-se o dia de início e incluindo-se o de conclusão das obras.

### 1.16 Prazo Parcial

É o prazo, em dias corridos ou úteis, para realização de cada uma das etapas do Cronograma Físico-Financeiro previstas no Ato Convocatório.

### 1.17 Projetista

Profissional ou equipe autor (es) do (s) projeto (s).

### 1.18 Projeto

Definição qualitativa e quantitativa dos atributos técnicos, econômicos e financeiros de uma obra ou serviço, com base em dados, elementos, informações, estudos, discriminações técnicas, cálculos, desenhos, normas, projeções e disposições especiais.

### 1.19 Projeto Básico

Conjunto de elementos que definam a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, com a definição técnica e dimensional da solução adotada, contendo a concepção clara e precisa do sistema proposto, bem como a indicação de todos os componentes, característi-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

cas e materiais a serem utilizados, que possibilitem a estimativa de seu custo final e prazo de execução, bem como sejam suficientes à contratação do mesmo.

## 1.20 Projeto Executivo

Conjunto de desenhos, discriminações técnicas, Caderno de Encargos e Especificações Técnicas demais elementos que formam a definição completa da obra ou serviço, suficientes à execução completa da mesma.

## 1.21 Projeto Como Construído ("As Built")

Definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo, com as alterações e modificações ocorridas durante a execução.

## 1.22 Serviço de Engenharia e Arquitetura

Serviço que envolve atribuições profissionais de Engenheiro ou Arquiteto, relativo à manutenção, conservação, demolição, conserto, reforma, fabricação, montagem, operação, reparo e instalação de bens, equipamentos e instalações, e serviços técnicos profissionais de Engenharia e Arquitetura.

## 1.23 Serviços Técnicos Profissionais de Engenharia e Arquitetura

Serviços que envolvem atribuições profissionais de Engenheiro ou Arquiteto, relativos à supervisão, orientação técnica, coordenação, estudo, planejamento, projeto, especificação, assistência técnica, assessoria, consultoria, ensaio, vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo, parecer técnico, elaboração de orçamento, apropriações e FISCALIZAÇÃO, sondagens e topografia.

## 1.24 Metrologia e Normatização

Todas as grandezas mencionadas nestas e em quaisquer documentos relativos aos serviços e obras propostos deverão estar expressas nas unidades do [Sistema Internacional de Unidades - SI](#), adotado também pelo Brasil em 1962 e ratificado pela Resolução nº 12 de 1988 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, de uso obrigatório em todo o Território Nacional.

Deverão ser respeitadas as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as portarias ministeriais e interministeriais e as normas das agências reguladora nos devidos serviços executados e na definição dos insumos, assim como normas aceitas e aprovadas internacionais quando as normas nacionais não contemplem as especificações e serviços propostos. Além disso, deverão ser respeitadas as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, em particular a NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

Na eventualidade de conflitos entre este Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, códigos, normas, desenhos etc., **prevalecerá o critério mais rigoroso**, de melhor qualidade e eficácia, sendo que as questões remanescentes deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO, para aprovação





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

por escrito, sempre antes de se iniciar o projeto e/ou fabricação do componente das instalações ou sistema.

## 2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 2.1 Da Vistoria Técnica (Pré-licitação)

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente, quando será emitido Termo de Vistoria, comprovando que o responsável técnico da empresa vistoriou os locais de instalação dos equipamentos e esclareceu todas as dúvidas de ordem técnica e legais.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Para a vistoria, a licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado e com comprovação de representação junto à empresa interessada.

A não apresentação do Atestado de Vistoria, quando solicitado pelo Pregoeiro durante a licitação, não impedirá a participação do licitante, sendo-lhe, porém, vetada qualquer alegação de desconhecimento das condições reais de realização dos serviços, sejam elas físicas, estruturais, tecnológicas, legais e demais adversidades que possam existir, aceitando-as tacitamente, desta forma, como aptas a plena prestação dos serviços.

### 2.2 Obrigações do Contratante

Conforme descrito no Termo de Referência, item **9. Obrigações da Contratante** (página 15).

### 2.3 Obrigações da Contratada

Conforme descrito no Termo de Referência, item **10. Obrigações da Contratada** (página 16).

### 2.4 Planejamento das Obras

Compete aos LICITANTES fazer prévia visita ao local da obra para proceder a minucioso exame das condições locais, averiguarem os serviços e materiais a empregar.

Quaisquer dúvidas referentes ao escopo dos fornecimentos e serviços e/ou nos projetos ou especificações, deverão ser previamente esclarecidas junto ao CONTRATANTE, visto que, depois de apresentada a proposta, o CONTRATANTE não acolherá nenhuma reivindicação. Omissões, por parte da CONTRATADA, jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Os LICITANTES deverão prever todos os custos envolvidos, não sendo aceitas alterações da planilha de custos após a licitação.

A CONTRATADA deverá ter em seu quadro técnico profissionais com formação em engenharia e prepostos, convenientemente credenciados junto ao CONTRATANTE, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, condução, controle e FISCALIZAÇÃO das obras e serviços de construção, nos moldes da NBR 5671/90.

A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente no andamento da obra.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de todos os componentes da obra e instalações de energia elétrica, água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços, ao longo e adjacentes à obra, devendo corrigir imediatamente, as suas expensas, quaisquer avarias que provocar nas mesmas.

A CONTRATADA cuidará para que todos os serviços e obras executadas acarretem a menor perturbação possível ao Órgão e a todos e quaisquer bens, público ou privado, adjacentes à obra.

Se para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-los, às suas expensas exclusivas, e submetê-las a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Os desenhos de execução, se necessários, deverão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades, em função dos cronogramas da obra, em três vias, sendo uma delas devolvida à CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO.

A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, aos projetos fornecidos e às especificações, que complementam no que couber, o contido neste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, do qual a CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento.

A CONTRATADA deverá atender toda e qualquer orientação técnica e limitações impostas nos diversos projetos relacionados à referida obra (arquitetônico, elétrico, hidrossanitário, eletrônico, mecânico, prevenção e combate a incêndio etc.). Em caso de dúvida consultar os autores dos projetos executivos sob sua coordenação e a FISCALIZAÇÃO quanto ao Projeto.

Para a presente obra, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, todos os materiais, equipamentos, acessórios, mão-de-obra, mesmo que não explicitamente descrito nas especificações e/ou projetos, porém indispensáveis à conclusão e perfeito funcionamento de todas as instalações executadas que fazem parte do escopo dos serviços. Todavia, nenhum material ou equipamento deverá ser instalado, até que o CONTRATANTE aprove os projetos executivos completos.

As obras deverão ser programadas pela CONTRATADA, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, dentro das limitações de espaço e horários que forem acordados, de forma a serem coerentes com os critérios de segurança e com a exequibilidade das reformas dentro do prazo máximo estabelecido no ato convocatório.

Todas as medidas deverão ser conferidas no local, não cabendo nenhum serviço extra por diferenças entre as medidas constantes no projeto e o existente.

A obra deverá ser entregue completamente limpa e desimpedida de todo e qualquer entulho ou pertence da CONTRATADA, e com as instalações em perfeito funcionamento.

Qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE, em virtude de atraso na finalização dos serviços, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive em relação aos itens da planilha orçamentária que estejam atrelados aos prazos estipulados para o serviço ou obra.

Caso sejam identificados locais com problemas para a instalação de equipamentos, ou que venham a ter acesso difícil para manutenção, isso deverá ser transmitido ao CONTRATANTE para que sejam providenciados os acessos necessários.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## 2.5 Amostras e Critérios de Analogia

A CONTRATADA deverá submeter à apreciação da FISCALIZAÇÃO, quando lhe forem solicitadas, amostras dos materiais e/ou acabamentos a serem utilizados na obra, podendo ser submetidas a ensaios de natureza destrutiva ou não, no processo de verificação.

Todos os materiais e/ou equipamentos a empregar nas obras deverão ser novos, de qualidade compatível com o serviço respectivo, devendo satisfazer rigorosamente às especificações de materiais e equipamentos. Deverá ser um produto de linha normal de fabricação, de empresa já estabelecida no mercado e que possua experiência comprovada na fabricação dos mesmos, de modo a prover a necessária qualidade, acabamento e durabilidade desejada. Não será admitido o emprego de materiais usados ou de materiais diferentes dos especificados, a não ser aqueles previstos para reutilização e/ou restauração.

A aquisição dos materiais pela CONTRATADA deverá ser planejada de maneira a se evitar eventuais atrasos no cronograma devido à necessidade de prévia encomenda dos mesmos.

A CONTRATADA só poderá aplicar qualquer material e/ou equipamento depois de submetê-lo à exame e aprovação da FISCALIZAÇÃO, a quem caberá impugnar o seu emprego, quando em desacordo com o previsto.

O CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer época, testar e ensaiar qualquer peça, elemento ou parte da construção, podendo rejeitá-las, observadas as normas e especificações da ABNT, com despesas a cargo da CONTRATADA.

Os materiais, depois de aprovados pela FISCALIZAÇÃO, serão cuidadosamente conservados no canteiro da obra, até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

Os materiais ou equipamentos antigos que porventura forem substituídos por novos durante a reforma deverão ser devidamente armazenados em locais indicados pela FISCALIZAÇÃO.

Os materiais que não atenderem as especificações não poderão ser estocados em obra, além de outros que não correspondam ao objeto contratado.

Os padrões e as cores de quaisquer materiais e pinturas a serem executadas na obra deverão ser confirmados pela FISCALIZAÇÃO no momento anterior ao início da execução daquela etapa de serviço.

Quando houver motivos ponderáveis para substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA apresentará, por escrito, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido, com o orçamento do material especificado. A substituição somente será aprovada quando resultar em melhoria técnica ou similaridade comprovada, a critério do CONTRATANTE, e se processará com compensação financeira para as partes, devendo ser previamente autorizada pelo CONTRATANTE. Quando não houver compensação financeira, a substituição poderá ser autorizada pela FISCALIZAÇÃO com registro em Diário de Obra.

A consulta sobre similaridade deverá ser efetuada pela CONTRATADA em tempo não inferior a 15 (quinze) dias, não admitindo em nenhuma hipótese, que a referida consulta sirva para justificar o não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato.

Caberá à parte interessada, numa eventual substituição de material, o ônus da apresentação de toda a documentação necessária à análise.

A similaridade será julgada, em qualquer caso, pelo CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## 2.6 Forma de Prestação dos Serviços

A contratação se dará conforme a conveniência da Contratante, obedecendo à demanda das unidades, capacidade orçamentária e prioridades operacionais, podendo adquirir cada item dos serviços e equipamentos em separado e em qualquer quantidade.

Deverão ser observadas as Normas e Códigos de Obras aplicáveis e a prescrição das Normas Brasileiras consideradas como elementos base para quaisquer serviços ou fornecimento de materiais e equipamentos.

Os serviços devem ser executados na forma prevista nesse caderno de encargos e especificações técnicas, além dos demais componentes do projeto executivo, conforme a demanda e dimensionamento da Contratante à época da contratação.

O prazo para a entrega da obra, para aceitação provisória, deverá ocorrer no prazo previsto no cronograma e Termo de Referência, contado da data de assinatura do contrato.

O prazo de entrega poderá ser estendido conforme a demanda contratada em cada contratação, desde que previamente aceito pela Contratante.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes em projeto e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

No ato da entrega da obra, será de competência da CONTRATADA fornecer a documentação em mídia impressa e óptica, caso seja aplicável para o objeto contratado e solicitado pela FISCALIZAÇÃO.

## 2.7 Licenças e Franquias para Execução

A CONTRATADA será responsável pela obtenção de todas as licenças e franquias necessárias para a realização das obras, além de pagar os emolumentos prescritos por lei e observando a legislação, códigos e posturas referentes aos serviços e obras, à segurança pública, bem como atender ao pagamento de despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, que digam diretamente respeito aos serviços e obras contratados.

Em caso de multas aplicadas em função dos serviços que estão sendo executados, é de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento e o cumprimento das normas para sanar o problema detectado pela autoridade que aplicou a sanção.

## 2.8 Controle e Fiscalização da Execução

Conforme descrito no Termo de Referência, item **13 Controle e Fiscalização da Execução**, página 23.

## 2.9 Da Subcontratação

Conforme descrito no Termo de Referência, item **11 Da Subcontratação**, página 23.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## 2.10 Comprovação de Capacidade e Qualificação Técnica

Conforme descrito no Termo de Referência, item 19.3, página 35.

As empresas deverão, quando for o caso, apresentar documentos de capacitação técnica para comprovação de qualificação para a execução das atividades previstas nesse projeto.

Também quando se aplicar, deverão apresentar declaração dos fabricantes, assinada por representante legal, e reconhecida, atestando que a PROPONENTE está autorizada a comercializar e prestar suporte técnico aos equipamentos. Na declaração deve constar o número deste certame, identificação da CONTRATANTE e a descrições dos produtos com seus respectivos "partnumbers".

A CONTRATADA deverá apresentar Atestado (s) de Capacidade Técnica, devidamente registrados no CREA e acompanhados de Certidões de Acervo Técnico, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, comprovando a prestação, a contento e de forma satisfatória, e serviço especializado similar de fornecimento, instalação e manutenção, em um único atestado, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

Apresentar registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da empresa licitante e de seu (s) responsável (is) técnico (s), da região a que estiverem vinculados.

No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

## 2.11 Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA

Após a assinatura do contrato e antes do início da obra, a CONTRATADA deverá apresentar ART do CREA/PR, referente ao responsável técnico pela execução da obra ou serviço e em particular, com as respectivas taxas recolhidas.

## 2.12 Impostos

Correrão por conta da CONTRATADA as despesas referentes a impostos em geral.

## 2.13 Seguros e Acidentes

Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho devido à execução dos serviços e obras contratadas, uso indevido de patentes registradas, e, ainda que resulte em caso fortuito ou de força maior, a destruição ou danificação da obra em construção até a devida aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos fora do canteiro de obras.

Será obrigatório e de responsabilidade da CONTRATADA fazer seguro geral dos serviços e obras, material, transporte e pessoal, contra Riscos de Engenharia, Incêndio e suas cláusulas, apresentando-o à FISCALIZAÇÃO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## 2.14 Elementos de Segurança do Trabalho

A CONTRATADA deverá atender a todas as normas referentes à segurança do trabalho, não podendo, em face a seu descumprimento, alegar desconhecimento.

Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis dos equipamentos e de evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como para o respeito ao dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente.

As ferramentas e equipamentos de uso nas obras serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de construção, em perfeito estado, prontas para o uso e atendendo aos graus de segurança exigidos para cada caso.

## 2.15 Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC

Em todos os itens da obra deverão ser fornecidos e instalados pela CONTRATADA os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas da obra, de acordo com o previsto na NR-18 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança.

Para trabalhos em altura podem ser utilizados andaimes ou plataformas elevatórias para garantir a devida segurança aos funcionários envolvidos nessas atividades.

## 2.16 Equipamentos de Proteção Individual - EPI

Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, aos seus funcionários e/ou subcontratados, todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança.

## 2.17 Arremates Finais

Se em decorrência dos serviços executados, ocorrerem eventuais modificações ou danos às instalações e/ou equipamentos existentes (dutos de água, esgoto, painéis, caixas, tubulações elétricas, dutos de incêndio etc.); a CONTRATADA ficará responsável por sua devida manutenção e reparo.

Após a conclusão dos serviços de limpeza e antes do recebimento provisório, a CONTRATADA se obrigará a executar todos os retoques e arremates necessários, dentro do disposto em projeto e neste Caderno de Especificações, e que eventualmente sejam apontados pela FISCALIZAÇÃO.

## 2.18 Recebimento provisório e definitivo

Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita (inicialmente via e-mail e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local da obra) informando o término das obras e/ou serviços, cabendo à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, após o qual será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, que caracterizará a aceitação provisória de todas as instalações e sistemas executados, também vinculado à conclusão de todos os testes de campo e da entrega, quando solicitados





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

pela FISCALIZAÇÃO, dos **Manuais de Manutenção e Conservação e Instruções de Operação e Uso** que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos, supressões e modificações.

A inspeção minuciosa de toda a construção deverá ser efetuada pelos profissionais responsáveis pelas obras da CONTRATADA e pelo CONTRATANTE, acompanhados do mestre ou encarregado, para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados.

A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

A entrega do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor. (Lei 10.406 de 10/01/2002).

O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, referido no parágrafo anterior, por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade competente e se tiverem sido atendidas todas as exigências da FISCALIZAÇÃO, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento das obras e serviços executados, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

## 2.19 Entrega Final

Após a execução de todos os trabalhos, todos os equipamentos, instalações e sistemas deverão ser limpos para a entrega. Nesta fase deverá também ser verificado o estado geral dos equipamentos e dos serviços fornecidos.

A CONTRATADA deverá comissionar, em presença da FISCALIZAÇÃO, todas as instalações executadas.

## 2.20 Assistência Técnica e Garantia

Caberá a CONTRATADA, visando à perfeita execução e completo acabamento dos serviços, sob as responsabilidades legais vigentes, prestar toda a assistência técnica e administrativa necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, mantendo equipes que levem a bom termo este objetivo.

Ainda, após o recebimento provisório da obra ou serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independentemente de sua responsabilidade civil.

Durante os três primeiros meses após a conclusão efetiva da instalação, a empresa CONTRATADA do serviço deverá atender às correções e pequenos ajustes necessários, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, independentemente dos prazos estabelecidos nos Termos de Recebimento Provisório e Definitivos da obra.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Após a aceitação definitiva, **todos os materiais e equipamentos instalados deverão ser garantidos contra defeitos de fabricação e/ou instalação pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.**

A garantia deverá ser prestada com assistência on-line, 24 horas por dia, sete dias por semana, sendo que ao final de cada visita técnica deverá ser apresentado relatório de visita contendo data/hora do chamado, início/término do atendimento, além da identificação da ocorrência e providências tomadas.

Entende-se por assistência técnica da garantia a manutenção preventiva e corretiva de reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes por outros de mesma especificação, novos de primeiro uso e originais, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os mesmos.

A garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação, montagem e falha operacional, de forma a assegurar o perfeito desempenho dos equipamentos executados. Para tanto, durante a fase de garantia a CONTRATADA deverá manter técnicos experientes, para atender um chamado do CONTRATANTE, que possam lidar com as necessidades locais.

A garantia é um ato personalíssimo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, não sendo permitido o subestabelecimento da CONTRATADA para o fabricante de qualquer item ou obrigação alegando que não possui capacidade técnica ou dever legal para cumprir as exigências desse projeto.

Os prazos serão contados a partir da comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA.

Os serviços de assistência técnica da garantia dos equipamentos e serviços deverão ser prestados nos locais de execução dos mesmos.

O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 12 (doze) horas corridas, contado a partir da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE à Central de Atendimento a ser informada pela CONTRATADA.

Entende-se por início do atendimento o horário de chegada do técnico enviado pela CONTRATADA, nos locais em que os serviços deverão ser executados.

O término do atendimento não poderá ultrapassar os prazos de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contado a partir do recebimento da solicitação efetuada pelo CONTRATANTE.

Entende-se por término do atendimento a hora em que o equipamento for disponibilizado para uso em perfeitas condições de funcionamento, estando condicionado à aprovação do CONTRATANTE, conforme o caso.

A CONTRATADA deverá registrar, via sistema informatizado, para fins de controle e acompanhamento, todos os chamados técnicos feitos pelo CONTRATANTE, sem prejuízo do controle a ser realizado pelo Executor do Contrato.

Os prazos fixados nos itens anteriores, relativos a início e término de atendimento, poderão, mediante solicitação escrita da CONTRATADA e à vista dos fundamentos por ela apresentados, devidamente comprovados, serem prorrogados pelo período que o Executor do Contrato incumbido do acompanhamento e da fiscalização do Contrato entenda suficiente para que os serviços de assistência técnica dos equipamentos sejam concluídos.

Para que possa ser apreciado o pedido de prorrogação, deverá ser formulado antes do transcurso do prazo fixado para o atendimento do chamado de assistência técnica ou para a conclusão do reparo do equipamento defeituoso.

Se a assistência técnica não for concluída nos prazos previstos nesta Cláusula, deverá a CONTRATADA providenciar o imediato empréstimo de outro equipamento em perfeito estado de funcio-





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

namento, equivalente ou de configuração superior àquele defeituoso, ao CONTRATANTE, o qual o substituirá até a conclusão de seus reparos.

No caso de ser necessária a retirada do equipamento defeituoso das dependências do CONTRATANTE e a sua remoção ao Centro de Atendimento da CONTRATADA, deverá a CONTRATADA relatar por escrito a situação ao servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços, que, após constatar tal necessidade, autorizará a saída, também por escrito, observado o disposto no parágrafo anterior.

O equipamento colocado em substituição ficará instalado nas dependências do CONTRATANTE até a devolução do equipamento consertado, que deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a sua retirada para reparos. A devolução do equipamento retirado para reparo deverá ser comunicada por escrito.

A CONTRATADA deverá substituir qualquer equipamento por outro novo e de primeiro uso, sempre que a soma dos períodos de paralisação do mesmo, em virtude da necessidade de serviços de assistência técnica, ultrapassar a 10 (dez) dias úteis no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ou 30 (trinta) dias úteis no prazo de vigência da garantia. Esta substituição será em caráter definitivo, devendo ser providenciada em 07 (sete) dias após a CONTRATADA ter sido notificada pelo CONTRATANTE.

O equipamento a que se refere o parágrafo anterior terá o mesmo prazo de garantia do equipamento que fora substituído.

Toda e qualquer substituição deverá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, que autorizará a substituição das peças/componentes os quais deverão ser novos de primeiro uso e originais.

Concluída a manutenção, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE documento em que conste a identificação do chamado técnico, data e hora de início e término da assistência técnica, descrição dos serviços executados, indicação da peça e/ou componente eventualmente substituído.

Os reparos quando cobertos pela garantia serão efetuados sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, correndo por conta da CONTRATADA as despesas com trocas de peças, materiais, seu transporte, e com a mão-de-obra necessária. Caso os problemas persistam, deverão ser tomadas providências corretivas de modo a eliminar essas causas.

A CONTRATADA reparará ou substituirá, às suas expensas, todas as peças, componentes, equipamentos e materiais necessários aos reparos ou substituições que venham a ser feitos durante o período de garantia.

Os reparos ou substituições serão feitos por equipe técnica da CONTRATADA ou, eventualmente após entendimento prévio, com mão-de-obra do CONTRATANTE ou técnicos seus, sempre sob supervisão e responsabilidade da CONTRATADA.

Os componentes ou equipamentos das instalações ou sistemas, objeto deste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, danificados por falhas de qualquer item sob garantia, serão também reparados ou substituídos pela CONTRATADA.

Em caso de inexistência da peça de reposição no estoque da CONTRATADA esta utilizará, por acordo entre as partes, peças do estoque do CONTRATANTE, caso o possua, obrigando-se a repô-las por outras novas ou reparadas, no prazo que for convencionado.

Para o fim de substituição de qualquer peça defeituosa, a CONTRATADA utilizará versões aperfeiçoadas da mesma, que não impliquem alteração no equipamento em que a mesma será instalada.

Uma vez realizado o reparo ou substituição da peça defeituosa, a CONTRATADA garantirá o desempenho original especificado para o correspondente equipamento ou material da instalação ou sistema reparado.

Se após a entrega de qualquer instalação, sistema, subsistema ou lote, surgirem defeitos ou imperfeições que ocasionem imobilizações dos mesmos, durante um período superior a 10 (dez) dias, o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

período de garantia dos equipamentos ou materiais de tais instalações, sistemas, subsistemas ou lotes ficarão automaticamente prorrogados por tempo equivalente ao que exceder aquele período.

Qualquer interferência, física ou operacional, entre equipamentos do subsistema ou com demais equipamentos instalados no âmbito do CONTRATANTE, detectada a qualquer momento e até o vencimento da garantia, deverá ser corrigida, imediatamente, sem qualquer ônus para o mesmo.

O termo de garantia emitido ao final do serviço, pelo prestador de serviço vinculado à CONTRATADA, deverá descrever claramente os limites e a duração da garantia, considerando o período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, para cada componente da instalação ou sistema instalado. Mesmo que a CONTRATADA tenha contratado outros prestadores de serviço, a garantia final será dada e mantida ao CONTRATANTE pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica/manutenção preventiva dos bens e sistemas, durante o período de garantia, no local de instalação dos mesmos, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar o plano completo de manutenção, a qual deve ser efetuada por mão-de-obra qualificada e treinada de acordo com as recomendações do fabricante, visando prover a totalidade de serviços preventivos e preditivos de manutenção, testes e reparos.

A periodicidade da manutenção e testes deverá ser conforme recomendado pelos fabricantes.

## **2.21 Defeito Oculto**

Entende-se por Defeito Oculto aquele que venha a ocorrer e que não tenha sido percebido durante o período de garantia, podendo ser decorrente de falha de interpretação do projeto, concepção, instalação, material, ou de supervisão de montagem devidamente comprovada pelo CONTRATANTE. Excluem-se os defeitos provenientes do desgaste normal de operação ou do uso indevido do equipamento, desde que este fato seja efetivamente comprovado pela CONTRATADA.

Na ocorrência de Defeito Oculto, a CONTRATADA se obriga a prosseguir prestando assistência técnica total, idêntica à do período de garantia, conforme venha a ser necessário, no sentido de sanar a irregularidade.

## **2.22 Peças de Reposição**

A CONTRATADA terá a obrigação de fornecer todas as peças de reposição durante o período de vigência da garantia.

A CONTRATADA deverá adquirir seus equipamentos em fábricas que garantam o fornecimento de peças de reposição por um período mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do sistema.

## **2.23 Outras Despesas a Cargo da Contratada**

As despesas relativas aos itens abaixo mencionados correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- Alojamentos, estadia e alimentação de pessoal;
- Plataformas necessárias para a execução dos serviços;
- Transporte de materiais e equipamentos;
- Transporte de pessoal administrativo e técnico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

### **3 SERVIÇOS GERAIS**

#### **3.1 Transporte e equipamentos**

Os materiais necessários para desenvolvimento dos trabalhos deverão ser transportados para o canteiro de obras em horário acordado com a FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA somente deverá transportar os materiais a serem instalados no momento da execução dos serviços.

O transporte de materiais será de responsabilidade da CONTRATADA, que providenciará equipamentos, dispositivos, pessoal e supervisão necessários, considerando tanto a movimentação até o local da obra como o seu transporte vertical e horizontal na mesma, no local de sua aplicação definitiva, devendo para isso prever todos os equipamentos necessários para alçamento e transporte de quaisquer máquinas ou materiais que venham a ser instalados, salvo aqueles previstos nas composições dos itens da planilha orçamentária que compõe o Termo de Referência/Projeto Básico.

Andaimes, suportes auxiliares e/ou elementos de alçamento deverão ser removidos logo após a sua utilização.

Todas as partes integrantes de fornecimento terão embalagens adequadas para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local de montagem sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes por rodovias não pavimentadas e/ou via marítima ou aérea.

Além disto, as embalagens serão adequadas para armazenagem por período de, no mínimo, 01 (um) ano, nas condições citadas anteriormente.

A CONTRATADA adequará, se necessário, seus métodos de embalagem, a fim de atender às condições mínimas estabelecidas acima, independente da inspeção e aprovação das embalagens pelo CONTRATANTE.

#### **3.2 Armazenamento de materiais**

Todo material deverá ser armazenado de maneira cuidadosa e segura em local a ser indicado pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA restará responsável por seu trabalho e pelos materiais armazenados e, também, pelos equipamentos ali instalados e dispostos, até a data da inspeção final, devendo, durante a fase de instalação, proteger o equipamento contra danos causados por seu trabalho ou por terceiros, bem como proceder ao isolamento do local de obras.

#### **3.3 Remoção de entulhos**

Os entulhos gerados serão retirados do canteiro e serão levados até caçamba para acondicionamento em local e horário determinados pela FISCALIZAÇÃO, em consonância aos Órgãos Públicos de Coleta e Limpeza competentes.

A CONTRATADA deve estar ciente de que os funcionários que porventura trabalharem em horário fora do expediente deverão ser previamente autorizados pela CONTRATANTE, com custas extras a encargo da CONTRATADA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Todo o material descartado que sair da obra será remunerado conforme previsto na planilha orçamentária, devendo ser destinado a local de bota-fora legalizado mais próximo, com utilização de transporte com caminhão também discriminado em planilha de orçamento.

Ainda no tocante ao transporte, deverá ser procedido com o máximo cuidado, sem danificar a área de entorno e os materiais reaproveitáveis, que serão armazenados em contêiner próprio (se assim for o caso) para posterior reutilização.

## 4 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

### 4.1 Descrição dos Serviços:

- Administração da obra;
- Execução dos serviços constantes em planilha orçamentária;
- Limpeza geral da obra.

Dentro da metodologia de trabalho adotada, as atividades serão realizadas e organizadas da seguinte forma:

- Planejamento e Programação;
- Alocação de recursos humanos;
- Programação de reuniões periódicas de acompanhamento em conjunto com o CONTRATANTE, se necessário;
- Execução e acompanhamento dos serviços;
- Revisão e coordenação;
- Entrega e aceitação dos serviços;
- Eventuais correções e adequações concomitantemente à execução das obras e serviços de engenharia.

A entrega dos serviços previstos neste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas deverá ser realizada conforme Cronograma Físico-financeiro, de modo a permitir ao CONTRATANTE, como acima citado, tempo para a completa conferência dos mesmos.

### 4.2 Administração do Canteiro

A CONTRATADA alocará, para a direção do canteiro de obras, desde o seu início até a sua conclusão (recebimento provisório), engenheiro com especialidade e carga horária diária discriminada a seguir:

- Engenheiro Civil Júnior: **1h/dia, nos 64 dias úteis dos 90 dias corridos previstos como prazo total de obra (serviço deverá iniciar, preferencialmente, numa segunda-feira).**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Conforme definições encontradas no site: "<http://www.aeai.org.br/tabela.htm>"; considera-se para este projeto o seguinte tempo de serviço mínimo, com comprovação, para o enquadramento profissional de engenharia:

*"...CATEGORIA PROFISSIONAL H.T. % CUB-SP TEMPO SERVIÇO OU QUALIFICAÇÃO*

*Engenheiro Consultor, 12 Superior a 15 anos ou grau equivalente*

*Engenheiro Sênior, 10 Superior a 10 anos ou grau equivalente*

*Engenheiro Pleno, 07 Superior a 5 anos ou grau equivalente*

*Engenheiro Júnior, 04 Até 05 anos ou grau equivalente..."*

Além da referência acima, os tempos de experiência exigidos para engenheiro júnior estão definidos no site "[http://www.crea-pr.org.br/crea2/html/docs/th\\_ceal.pdf](http://www.crea-pr.org.br/crea2/html/docs/th_ceal.pdf)", conforme sessão plenária nº 741 do CREA/PR realizada em 10/06/1997; como também no site "[http://www.creaes.org.br/bridgesession/downloads/tabela\\_honorarios/tabela\\_honorario\\_eng\\_civil.pdf](http://www.creaes.org.br/bridgesession/downloads/tabela_honorarios/tabela_honorario_eng_civil.pdf)" hospedado na página do CREA/ES.

O engenheiro civil ficará responsável pela supervisão dos serviços e obras contratados, sendo que o contato entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA deverá ocorrer por intermédio desse profissional, ou pelo mestre de obras, salvo excepcionalidades a serem estipuladas pela fiscalização do serviço ao longo da execução do serviço.

O descumprimento da carga horária estipulada, sem apresentação de justificativa, poderá acarretar para a CONTRATADA a glosa do valor respectivo.

#### **4.2.1 Engenheiro Civil de obra Júnior**

Função do Engenheiro Civil de Obra Júnior: Coordenar, supervisionar e orientar etapas de projetos de engenharia civil, gerenciando obras, controlando a qualidade de empreendimentos, prestando consultoria, assistência e assessoria.

Este profissional será remunerado por hora, sendo previsto 1 hora de serviços diários, ao longo dos 66 dias úteis de serviço, conforme item 5.1.1 da planilha orçamentária.

#### **4.2.2 Mestre de Obras**

Função do Mestre de Obras: Supervisionar equipes de trabalhadores da construção civil que atuam em usinas de concreto, canteiros de obras civis e ferrovias. Elaboram documentação técnica e controlam recursos produtivos da obra (arranjos físicos, equipamentos, materiais, insumos e equipes de trabalho). Também controlam padrões produtivos da obra tais como inspeção da qualidade dos materiais e insumos utilizados, orientação sobre especificação, fluxo e movimentação dos materiais e sobre medidas de segurança dos locais e equipamentos da obra, administrando também o cronograma da obra.

Este profissional será remunerado por hora, sendo previstas 8 horas de serviços diários, ao longo dos 66 dias úteis de serviço, consoante item 5.1.2 da planilha orçamentária.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

### 4.3 Cronograma Físico-Financeiro

Em face de eventual acréscimo de serviços que impactem no cronograma físico-financeiro da obra, caberá à CONTRATADA rever e elaborar um novo cronograma físico-financeiro, considerando os valores das atividades, os períodos previstos para medição das obras, a disponibilidade físico-financeira do CONTRATANTE, tudo antes sendo submetido à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

### 4.4 Responsabilidades e Sigilo das Informações

A CONTRATADA deverá providenciar toda e qualquer documentação necessária à execução da obra.

Imprevistos diversos serão de ônus exclusivo da CONTRATADA, até o limite estabelecido no edital de licitação. Serviços extras com ônus para o CONTRATANTE somente poderão ser executados, se autorizados expressamente pela autoridade competente.

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa realização e eficiência de todos os serviços, de acordo com o presente Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Edital, Projetos e demais documentos técnicos fornecidos, bem como por quaisquer danos eventualmente decorrentes da realização de ditos trabalhos.

A CONTRATADA também assumirá a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que forem eventualmente por ele propostos e aceitos pelo CONTRATANTE, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.

A CONTRATADA ficará para sempre corresponsável pelo sigilo das informações a que, de qualquer forma, tiver acesso e, principalmente, dos detalhes relativos aos pontos críticos de segurança da edificação (entradas, grades, acessos, galerias subterrâneas, detenção provisória, central de processamento de dados, central telefônica, central de transmissão de dados, dutos de ar condicionado, demais sistemas etc.). Os arquivos ou plantas relativas a este projeto que forem executados deverão ser guardados de forma diferenciada dos demais documentos, ressalvados tanto física quanto a sua responsabilidade individual, bem como da responsabilidade coletiva da CONTRATADA. O descarte de plantas, desenhos, croquis, rascunhos e demais documentos deverão ser precedidos da destruição dos mesmos.

Cuidados especiais também deverão ser tomados em qualquer encaminhamento, quando os mesmos deverão ser entregues em envelopes lacrados, constando a inscrição “CONFIDENCIAL”, encaminhados por meio de documento explicativo. Maiores informações poderão ser oportunamente fornecidas pelo CONTRATANTE.

Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de dados, informações e do Sistema de Monitoramento de Imagens objeto deste instrumento regulador, assim como dados referentes às instalações e assuntos internos das delegacias, fica, automaticamente, responsável pela preservação de seu sigilo e sujeito ao disposto no art. 153 do Código Penal Brasileiro.

Para cumprimento deste item será exigido Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo dos servidores, funcionários e empregados que direta e indiretamente terão acessos a dados, informações e ao Sistema.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

#### 4.5 Projeto, Materiais, Equipamentos e Critérios de Analogia

Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou especificações, determinando ou não alteração de custo da obra ou serviço, será executada sem autorização do CONTRATANTE (através da FISCALIZAÇÃO).

Em caso de itens presentes neste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas e não incluídos nos projetos, ou vice-versa, devem ser levados em conta na execução dos serviços, uma vez que os documentos que compõem o Termo de Referência/Projeto Básico detalham a si e aos demais, complementam-se, e formam, dessa forma, todo o escopo contratado.

Em caso de divergências entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, a FISCALIZAÇÃO deverá ser consultada, a fim de definir qual a posição a ser adotada.

Em caso de divergência entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de escala maior. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões em escala, prevalecerão as primeiras, sempre precedendo consulta à FISCALIZAÇÃO.

#### 4.6 Programação

A programação da obra será feita mediante acordo com a FISCALIZAÇÃO, que poderá determinar as etapas e locais prioritários para a execução da obra.

O prazo total da obra está previsto com base na realização dos trabalhos em horário comercial, de segunda à sexta-feira, sendo seu **início contado a partir da emissão de Ordem de Serviço**, que será expedida, em momento propício, posteriormente à publicação do contrato em Diário Oficial da União.

Os serviços serão realizados concomitantemente aos trabalhos desenvolvidos pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA prever a mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos na presença de servidores e outros no local, ou seja, **mantendo a obra sempre limpa e em condições de mobilidade**.

Após a adjudicação do licitante vencedor e 5 (cinco) dias anterior à data de execução da obra, a CONTRATADA deverá providenciar a listagem de todos os operários e pessoal técnico (com nome completo, RG, CPF e nome da mãe) e veículos (número da placa) que terão acesso às dependências do CONTRATANTE, se possível durante todo o período de vigência/prazo da obra, que deverá ser entregue ao responsável pela administração da unidade local da obra (Plano de mobilização).

As etapas de mobilização e desmobilização deverão ser definidas em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, de forma a interferir o mínimo possível com a rotina do local de intervenção e instalação.

A possibilidade de trabalho noturno e aos finais de semana, quando necessário e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, e sempre às expensas da CONTRATADA no que tange ao labor fora do horário comercial, deverá estar prevista em termos de mobilização de equipe e equipamentos quando os trabalhos a serem executados exigirem tal postura.

Caberá à CONTRATADA a responsabilidade de estabelecer os contatos com o CONTRATANTE para ter conhecimento da data prevista para expedição de Ordem de Serviço, bem como para dar início aos trabalhos.

A localização das instalações provisórias (nelas incluídos – quando necessário – barracões, sanitários, contêineres em geral, almoxarifados, placas de identificação de obra etc.) obedecerá à programação a ser aprovada pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE (através da FISCALIZAÇÃO), a cada medição e sempre que solicitado, o programa de produção por etapa e produção progressiva dos trabalhos, com a quantidade, o tipo e característica de cada serviço, de modo a se conhecer a perfeita situação do Cronograma.

#### 4.7 Fiscalização do CONTRATANTE

Devido à competência legal de segurança na área objeto de intervenção nesse projeto executivo, a FISCALIZAÇÃO deverá ser exercida por servidores da PF, com formação em Engenharia e/ou Arquitetura, e devido registro no Conselho Profissional respectivo, designada pelo CONTRATANTE, a qual será investida de plenos poderes para:

- a) solicitar da CONTRATADA a substituição, no prazo de 24 horas, de qualquer profissional ou operário que embarace a sua FISCALIZAÇÃO;
- b) rejeitar serviços defeituosos ou materiais que não satisfaçam às obras contratadas, obrigando-se a CONTRATADA a refazer os serviços ou substituir os materiais, sem ônus para o CONTRATANTE e sem alteração do Cronograma (ocorrendo tal hipótese, a CONTRATADA deverá tomar as providências que se fizerem necessárias dentro do prazo de 48 horas da identificação do problema);
- c) sustar qualquer serviço que não seja executado de acordo com a melhor técnica, sem que este tenha direito a qualquer indenização;
- d) solicitar projetos, cópias de documentos etc. relativos às obras ou serviços;
- e) fiscalizar, juntamente com a supervisão e coordenação da CONTRATADA, a execução dos serviços, podendo solicitar a modificação imediata da execução do serviço, a fim de cumprir o projeto e seus anexos.

A ação ou omissão total ou parcial da FISCALIZAÇÃO não eximirá a CONTRATADA de sua responsabilidade pela execução das obras, serviços e instalações contratadas.

#### 4.8 Medição de Serviço

A cada fase, nas datas previstas no Cronograma Físico-Financeiro, corresponderá uma aferição das obras ou serviços executados.

Uma etapa será considerada **efetivamente concluída** quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante na licitação, estiverem executados em sua **totalidade**.

**Não será considerada como etapa efetivamente concluída materiais apenas postos em obra, sendo necessário além do fornecimento a sua completa instalação, teste e perfeito funcionamento para que se possa efetuar a medição e posterior pagamento.**

Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige etapas **efetivamente concluídas**, o cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado de forma a refletir o real andamento esperado dos serviços. Quando de etapas não concluídas, será pago apenas serviços executados devendo a CONTRATADA regularizar o cronograma na etapa subsequente.

Ao completar os **90 (sessenta) dias corridos** de execução dos serviços, será executada a **primeira e única medição**, devendo a CONTRATADA apresentar, via correio eletrônico, sua proposta de medição de serviços através de planilha (cujo modelo será oportunamente encaminhado pelo CONTRATANTE), com colunas em Reais, percentual e saldo, igualmente em Reais e percentual de cada item e subitem da planilha orçamentária, acompanhado necessariamente de memória de cálculo indicando nesta





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

os trechos levantados para a melhor compreensão das quantidades apontadas em planilha, e apresentá-la à FISCALIZAÇÃO, no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da medição para avaliação dos serviços com posterior verificação no local pela FISCALIZAÇÃO que a atestará.

A CONTRATADA deverá apontar em planilha de medição os serviços (material mais mão-de-obra) efetivamente concluídos até a data da medição, não sendo aprovados pela FISCALIZAÇÃO serviços executados de forma incompleta tampouco a alegação de material simplesmente adquirido por meio de nota fiscal ou posto obra.

Somente após o atesto da FISCALIZAÇÃO poderá a CONTRATADA emitir Nota Fiscal – NF que deverá ser acompanhada, além da planilha de medição de serviços e memória de cálculo, dos demais documentos de regularidade para com a Seguridade Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O pagamento das notas fiscais estará a cargo da unidade responsável pela obra.

#### **4.9 Registro de Ocorrências**

Deverá ser instituído um livro Diário de Obra ou Registro de Ocorrências ou Livro de Ocorrências, que deverá possuir termo de abertura e páginas numeradas em 3 (três) vias, sendo 2 (duas) destacáveis. O livro também poderá ser em arquivo eletrônico, se assim autorizado pela FISCALIZAÇÃO.

O Diário de Obra deverá ser apresentado ao CONTRATANTE no primeiro dia de vigência do contrato e ser mantido no local da obra até o seu término, podendo ser transcrito e melhor detalhado em arquivos eletrônicos, se assim autorizado pela FISCALIZAÇÃO.

A comunicação entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverá ser feita não só através do Diário de Obra, mas também via fone, via e-mail, pessoalmente, ou por solicitações por escrito, a critério e escolha da FISCALIZAÇÃO.

Além do preenchimento normal dos campos, a CONTRATADA deverá registrar, diariamente, o número e a qualificação dos operários em serviço, entrada e saída de materiais e equipamentos, condições climáticas que possam interferir no andamento dos serviços e uma descrição sucinta dos mesmos, assim como outros fatos passíveis de registro.

Todas as folhas serão vistas pela FISCALIZAÇÃO, que, na conclusão de cada fase de obra, destacará uma das vias para controle do CONTRATANTE. Caso se opte também pelo meio digital, as folhas deverão ser encaminhadas para e-mail informado pela FISCALIZAÇÃO em momento oportuno.

Deverão ser apresentadas, na portaria da Unidade da Polícia Federal, notas fiscais de simples remessa de todos os equipamentos e materiais que entrarem ou saírem das dependências da mesma, se assim achar a FISCALIZAÇÃO necessária e adequada tal apresentação.

O caderno completo, após o término da obra, será entregue formalmente ao CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## 5 ILUSTRAÇÕES DAS ÁREAS A SEREM ISOLADAS







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR**  
**GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

## **6 SERVIÇOS INICIAIS**

### **6.1 Canteiro de Obras**

#### **6.1.1 Container para almoxarifado e escritório**

Como escritório da Administração local, previu-se um container com largura de 2,30m e comprimento de 6,00m, com instalação elétrica incluída e sanitário (s).

Preferiu-se tal concepção pelo fato da praticidade, economia e celeridade na instalação do módulo, facilitando tanto o trabalho da CONTRATADA quanto do CONTRATANTE.

O container deverá ter as dimensões e especificações descritas no item 1.1.1 da planilha orçamentária.

#### **6.1.2 Ligação elétrica provisória**

A CONTRATADA deverá providenciar, quando aplicável ao objeto contratado, a execução das instalações provisórias (água, rede elétrica etc.) necessárias a garantir o perfeito desenvolvimento dos trabalhos na obra. Neste caso deverão ser seguidas todas as normas e obrigаторiedades municipais e estaduais, inclusive as aprovações necessárias pelos órgãos competentes.

Para tal item, previsto no item 1.1.2 da planilha orçamentária, considerou-se, com base na planta de canteiro de obras estimativo (planta no anexo I deste documento) que a ligação elétrica partirá do quadro localizado na guarita e percorrerá todo trajeto até o local onde está previsto a instalação do container. Para a instalação foram previstos os seguintes materiais:

- 4 cabos de cobre flexível isolado 6mm<sup>2</sup> (2P+N+T), anti-chama, 0,6/1,0 KV, nas cores conforme norma vigente;
- Canaleta plástica para piso 50x20mm (conforme figura abaixo), com divisórias que deverá ser apoiada diretamente na calçada e ou fixada com parafusos;



- Disjuntor termomagnético bipolar padrão nema (americano) de 50A 240V. O disjuntor deverá ser entregue a CONTRATANTE após término da obra.

#### **6.1.3 Ligação provisória Sanitária**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Foi previsto tubos de PVC de esgoto, 3m, série normal, com conexões necessárias, de 100mm, 50mm e 40mm, incluindo escavação e reaterro e demais serviços necessários. Existe uma caixa de esgoto próximo ao local onde esta previsto a colocação do container. A ligação deverá ser executada até esta caixa.

#### 6.1.4 Ligação provisória de água

Foi previsto tubos de PVC de água fria, 3m, série normal, com conexões necessárias, de 25mm, incluindo escavação e reaterro e demais serviços necessários. Existe uma torneira de jardim próxima ao local onde foi proposto a instalação do contêiner. A ligação deverá ser executada a partir desta torneira.

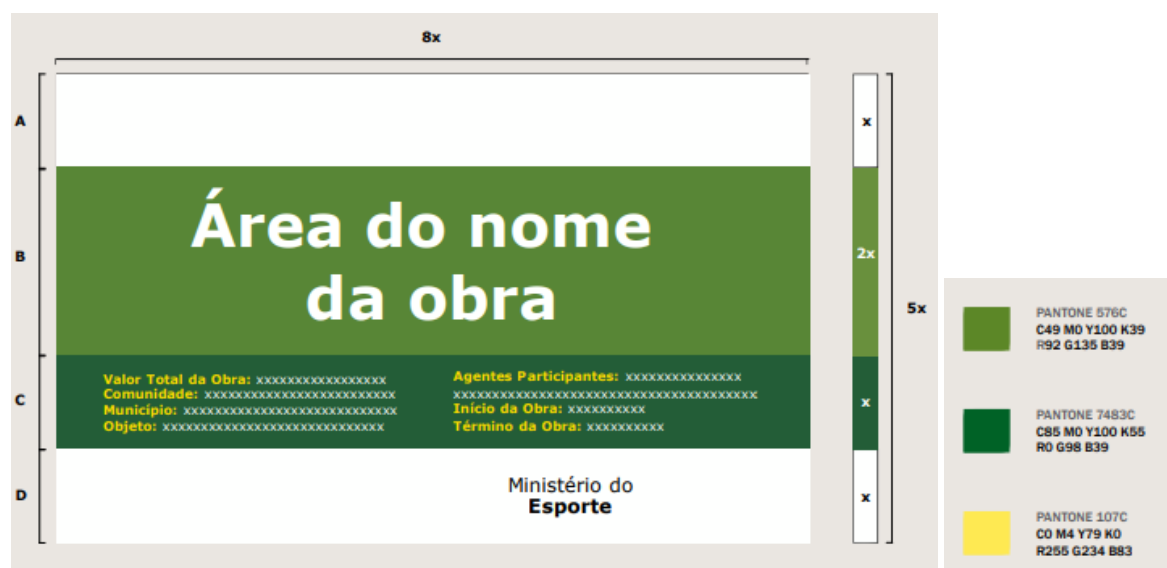
#### 6.1.5 Placa de Obra em chapa de aço galvanizado

Deverá seguir o Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, a constar:

A obrigatoriedade do uso da marca do Governo Federal nas ações patrocinadas por órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal está disciplinada na Instrução Normativa nº 02, de 16 de dezembro de 2009.

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no presente manual. Elas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas ou de madeira compensada impermeabilizada, em material resistente às intempéries. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade. As placas deverão ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. Recomenda-se que as placas sejam mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

#### Padrão Geral das placas







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

**Área total:** proporção de 8X x 5X

**Área da logomarca do Governo Federal (A):**

- Cor de fundo: Branca
- Logomarca do Governo Federal centralizada.
- Para logomarcas de programas/Políticas Públicas, ver item 1.6.

**Área do nome da obra (B):**

- Cor de fundo: Verde - Pantone 576C.
- Fonte: Verdana Bold, caixa alta e baixa.
- Cor da Fonte: Branca.

**Área de informação da obra (C):**

- Cor de fundo: Verde - Pantone 7483C.
- Fonte: Verdana Bold e Regular, caixa C alta e baixa.
- Cor da Fonte: Amarela - Pantone 107C e Branca.

**Espaço entre linhas:** 1,2 vez o tamanho do corpo da letra. Exemplo: Corpo 60/72.

**Espaço entre letras:** o espaçamento entre letras é 0.

**Área das assinaturas (D):**

- Cor de fundo: Branca.
- As assinaturas devem estar centralizadas.

A denominação “Ministério do(a)” ou “Secretaria do(a)” deve estar em Verdana Regular e o nome do ministério ou secretaria deve estar em Verdana bold.

**Ver demais especificações no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras.** Para esta obra foi prevista uma placa com 2m de base x 1,25m de altura.

## 6.2 Demolições

- 6.2.1. Os serviços de demolição deverão ser realizados dentro da mais perfeita técnica, tomados os devidos cuidados de forma a evitar danos a terceiros;
- 6.2.2. A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das demolições serão providenciados pela contratada de acordo com as exigências normativas, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.
- 6.2.3. As demolições serão reguladas pela NR 18, pela NBR 5682/77 “contratação, execução e supervisão de demolições”.
- 6.2.4. O material remanescente das demolições e que possa ser reaproveitado será transportado pela contratada para depósitos indicados pela fiscalização, desde que não haja outras instruções a respeito, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados.
- 6.2.5. O serviço de demolição deverá ser programado e executado por profissional habilitado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR**  
**GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

6.2.6. Antes de iniciar os serviços de demolição, as linhas de fornecimento de energia elétrica, água, canalizações de esgoto e escoamento de águas pluvias devem ser desligadas, retiradas, protegidas ou isoladas, caso seja necessário, respeitando-se as normas e determinações em vigor.

6.2.7. Antes de iniciar os serviços de demolição em área ocupada, a contratada deverá proteger equipamentos, móveis, pisos, conforme o caso e a critério da fiscalização, com lona preta, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, assim como não deixar as partes internas da edificação exposta a intempéries.

## **7 FACHADA DE VIDRO**

### **7.1 Requadro e Soleira em granito**

Requadro de janela com reboco para pintura, utilizando massa única com traço 1:2:8 com preparo manual, com execução de taliscas, aplicada manualmente, com espessura de 10mm.

Soleira em granito, cor conforme padrão local “existente”, com espessura de 20mm, polido, tipo preto São Gabriel/ Tijuca ou outros da região. Para a colocação será usado argamassa colante tipo ACIII, e profissional marmorista/graniteiro com encargos complementares.

### **7.2 Fachada de vidro (Fachada Glazing)**

As esquadrias de alumínio deverão seguir as indicações do projeto arquitetônico quanto as dimensões, localização e detalhes específicos pertinentes.

Todas as medidas deverão ser confirmadas na obra. As esquadrias, perfis e acessórios serão em alumínio anodizado séries 30, 42 ou superior. Para montagem deverão ser seguidas as recomendações dos fabricantes dos perfis e acessórios.

A empresa deverá fornecer para aprovação da fiscalização antes da instalação, detalhes de montagem e fabricação dos componentes das esquadrias, bem como a especificação dos acessórios.

O conjunto montantes verticais, barras horizontais e quadros deverão ser dimensionados e fixados à alvenaria e concreto de modo a garantir a estabilidade, rigidez e principalmente segurança do conjunto.

Deverão resistir ao peso próprio, pressão dos ventos, e a possíveis impactos. Nenhum elemento estrutural terá espessura inferior a 2 mm.

As peças deverão ser dotadas de dispositivos que permitam jogo capaz de absorver flexas decorrentes de eventuais movimentos de estrutura, até o limite de 3,5mm, para garantir que não haja deformidades e perfeito funcionamento.

As vedações de folhas móveis deverão ser constituídas por sistema duplo, com emprego de fitas ou escovas vedadoras de polipropileno. Todas as folhas móveis deverão ser fornecidas em quadros montados.

Todas as esquadrias deverão ser fornecidas com embalagem em papel crepe ou plástico bolha, devendo ser transportadas e estocadas adequadamente uma vez que não será aceito peças com arranhões, moissas, manchas na anodização ou qualquer outro defeito.

As esquadrias deverão ser limpas e protegidas com camada de vaselina, após remoção de fita protetora, até conclusão de sua instalação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

As peças deverão ser perfuradas ou cortadas antes da pintura, não sendo permitido cortes e perfurações em peças já pintadas.

Deverá ser utilizado selante, entre a alvenaria e a esquadria, durante sua instalação e, entre os vidros e o alumínio, para garantia de estanqueidade total. Deverá ser apresentado CERTIFICADO DE PROCÊDÊNCIA E QUALIDADE DO ALUMÍNIO E DA PINTURA ELETROSTÁTICA de todas as peças a serem aplicadas na edificação.

Todas as esquadrias de alumínio a serem utilizadas serão novas, sem variações no seu dimensionamento isentas de torções, riscos e ranhuras provenientes de extrusão ou manuseio inadequado (de acordo com NBR 8117). O dimensionamento dos perfis deve atender às Normas Técnicas de Esquadrias de Alumínio em Edificações – NB 10.821 / EB 1968.

O serviço de colocação da pele de vidro só deve ser executada após a pintura da alvenaria, pilares e vigas estar completamente seca. Todas as medidas devem ser confirmadas na obra antes da fabricação das esquadrias.

#### 7.2.1 Caixilhos

Deverá ser fornecido alumínio nas ligas 6060-T5 ou 6063-T5, com 98% de pureza, normais para fabricação de esquadrias, sendo que os perfis deverão ser extrudados através de ferramental adequado, sem apresentar rebarbas ou ranhuras, nem 10 variações dimensionais, torções ou curvaturas, devendo obedecer às normas de fabricação e recebimento (ABNT-NBR-8116 e 9243).

Os cortes deverão ser precisos, para que meia esquadria fique perfeitamente ajustada, sem que as juntas apresentem diferentes espessuras ou desencontros.

Os perfis utilizados serão os das linhas indicadas e deverão ser levados em conta, aspectos estruturais de dimensões, posições e solicitações de acordo com NBR10821 e EB-1968.

Todo alumínio a ser usado nas esquadrias, deverá ser fornecido com perfis pintados com pintura eletrostática na cor preta. Não deverão ser aceitos perfis que não atendam às características preconizadas acima.

Nos fechamentos em Pele de Vidro (structural glazing) o vidro deverá ser colado com silicone estrutural nos perfis dos quadros de alumínio, ficando a estrutura oculta na face externa.

As esquadrias devem atender aos parâmetros de estanqueidade, resistência e funcionamento estabelecidos na NBR 10.821.

Todos os parafusos devem ser de aço inox austenítico AISI 304, passivado, sendo os aparentes com fenda Philips.

Os chumbadores de expansão e os parafusos de fixação das colunas deverão ser fabricados em aço galvanizado. Todos os acessórios devem ser pintados na cor da esquadria.

As juntas de dilatação das colunas inclusive as de canto, deverão receber luva interna em alumínio que será montada na fábrica com vedação de silicone na parte superior de cada coluna, as gaxetas devem possuir formato e dimensionamento adequado para garantir a vedação e ter os cantos perfeitamente ajustados.

Os perfis de alumínio deverão ser limpos com álcool isopropílico e vedados internamente com silicone Dow Corning 784 em cor compatível com a pintura, antes do fechamento dos quadros e na junção dos perfis.

A aplicação de silicone só poderá ser feita em superfície totalmente limpa, desengordurada, isentas de poeira e de umidade.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

#### 7.2.2 Vidro

O vidro laminado de controle solar utilizado na fachada glazing e demais esquadrias deve atender as seguintes especificações:

Aparência externa Fumê ou fumê reflexivo.

Fator de proteção solar (FS) mínimo 29%

Espessura 8mm laminado com transmissão luminosa máxima de 40%

## 8 SERVIÇOS COMPLEMENTARES

### 8.1 Pinturas e acabamentos

Todas as tintas e derivados a serem empregados na obra deverão estar inseridos em Programas de Normatização do segmento: ABRAFATI (Associação dos Fabricantes de Tintas), ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), IPT - SP (Instituto de Pesquisa Tecnológica) ou Petrobrás. Nenhuma alteração poderá ser feita nas cores sem a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Todas as superfícies a pintar deverão estar secas; serão minuciosamente limpas, retocadas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinam, inclusive seguindo todas as previsões de serviços da obra antecedentes à pintura.

Deverão ser observadas as prescrições dos fabricantes para o aparelhamento das superfícies no preparo e aplicação das tintas, sendo vedada a utilização de quaisquer substâncias em desacordo com aquelas especificações.

Deverão ser evitados escorrimentos e salpicos nas superfícies não destinadas à pintura: os salpicos que não puderem ser evitados serão removidos enquanto a tinta estiver fresca, empregando-se remove-dor adequado.

Toda a pintura será executada para se atingir a um perfeito acabamento. Cada demão somente será aplicada quando a precedente estiver completamente seca.

Toda vez que uma superfície for lixada, será cuidadosamente limpa com escova e pano seco para remover o pó antes da aplicação da demão seguinte.

Toda superfície pintada deverá apresentar, quando concluída, uniformidade quanto à textura, tonalidade e brilho.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada depois de obedecido um intervalo de 24 (vinte e quatro) horas entre demãos sucessivas, ou o intervalo mínimo recomendado pelo fabricante, possibilitando, assim, a perfeita secagem de cada uma delas.

Serão adotadas precauções especiais e proteções, tais como o uso de papéis colantes e lonas plásticas, no sentido de se evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura.

As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação do fabricante e aplicadas nas proporções recomendadas. As camadas deverão ser uniformes, sem escorrimento, falhas ou marcas.

#### **Fundo selador Latex PVA em paredes**

Deverá ser aplicado uma demão de fundo selador adequado nas paredes internas e externas posteriormente ao lixamento e aplicação de massa látex.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

Trata-se de uma Resina à base de dispersão aquosa de polímeros vinílicos, incolor. Destinado a selar paredes internas de reboco e massa corrida. Utilizado para otimizar o aproveitamento da tinta de acabamento a ser aplicada posteriormente. Diluível em água. Classificação ABNT: NBR 11702:2010, tipo 4.1.2.6.

#### **Aplicação e Lixamento de massa latéx em paredes**

As superfícies que serão pintadas, deverão ser corrigidas com a aplicação mínima de uma demão massa PVA para paredes e posteriormente lixadas. Os materiais necessários ao serviço estão descritos a seguir:

- Folha de papel com material de superfície abrasiva (lixa), gramatura nº 120, cor vermelha, utilizado para lixar a parede antes de pintar (preparação e reparação de superfícies), eliminando desníveis e desigualdades além de pontos descascados proporcionando uma superfície pronta para receber a tinta. Ela pode ser utilizada para lixamento de massa corrida, gesso, drywall, reboco, alvenaria e madeira.
- Massa corrida a base de resina vinílica, PVA, utilizada para nivelar, corrigir e uniformizar a parede antes da pintura. Aplicação em superfícies não seladas Reboco, Gesso, Fibrocimento Massa fina e Concreto. Utilizado para paredes internas.

#### **Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica**

Após regularização das superfícies, lixamento e aplicação de fundo selador, deverá ser aplicado pintura com tinta látex acrílica conforme descrito a seguir:

- Tinta acrílica com super resistência à abrasão ao tráfego de pessoas e carros. A tinta acrílica para piso é antiderrapante, indicada para superfícies que necessitem de grande resistência ao tráfego e a produtos químicos como estacionamentos, garagens, pisos comerciais, quadras poliesportivas, varandas, calçadas, e outras áreas de concreto rústico.

Todos os equipamentos e materiais necessários para a execução das pinturas, tais como andaimes, lonas, etc, deverão estarem previstos na proposta enviada pela CONTRATADA, não cabendo custos adicionais ao CONTRATANTE devido a não previsão destes.

## **8.2 Andaimes**

Conforme a norma NR 18, exige-se, dentre outras coisas, que a fabricante dos andaimes seja regularmente inscrita no CREA, com profissional legalmente habilitado pertencente ao seu quadro de empregados ou societário; a necessidade da gravação nos painéis, tubos, pisos e contraventamentos dos andaimes, de forma aparente e indelével.

A ABNT NBR 6494, por sua vez, trata da montagem dos andaimes e determina os requisitos de segurança para que se possa trabalhar nessas estruturas de forma segura.

Devendo ser montado em torres verticais, devidamente apoiados em sapatas ou rodízios sobre a base sólida capaz de resistir aos esforços solicitados;

A estrutura dos andaimes devem ser fixadas à construção por meio de amarração, as torres de andaimes sem amarração não podem exceder, em altura, 4,5 metros de altura.

O andaime deve conter largura de 1,20 m, altura por peça de 2,0 m, incluindo sapatas e itens necessários a instalação;

O Andaime Fachadeiro é o equipamento ideal para a execução de serviços em fachadas. Apresenta ótimo rendimento e versatilidade em função da amplitude de sua plataforma de trabalho e da facilidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

dade de montagem. Está incluído no item, diagonais em X, guarda-corpo, sapatas, escadas, rodapé metálico, piso metálico e fixações necessárias para a montagem do andaime. Deverá ser metálico, não sendo aceito andaimes de madeira.

Todas as torres devem ser devidamente ligadas entre si através de barras de ligação e contraventadas através da diagonal "X" ligando os dois quadros paralelos fazendo a diagonal;

O cinto de segurança tipo paraquedista deve ser utilizado em atividades a mais de 2,00m (dois metros) de altura do piso, nas quais haja risco de queda do trabalhador, ou abaixo de 2,00 (metro).

O cinto de segurança deve ser dotado de dispositivo trava - quedas e estar ligado ao cabo ou ponto de ancoragem, se for andaime, não poderá estar ligado a sua estrutura.

Todos os custos que envolvem a montagem e desmontagem estão inclusos no item.

### 8.3 PROTEÇÃO PROVISÓRIA CONTRA CHUVA E VENTO

Trata-se de lona plástica conforme especificação para fechamento do pano de fachada após a demolição dos tijolos de vidro para proteção da área interna contra chuva e vento.

Composição, lona plastica 600 micras fabricada com laminado de pvc reforçado com tecido/tela de poliéster de alta tenacidade, argola de aço galvanizado colocado a no máximo 50cm nas laterais e 35cm nas cabeceiras, costura duplas nas bainhas, constrole de qualidade isso 9001:2015, dimensões orçadas 17m de comprimento x 7m de largura, incluindo fixação na estrutura - fornecimento e instalação.

A lona deverá ser fixada na parte superior da edificação (cobertura) e deverá ser instalada de certa forma que seja possível o recolhimento e posterior fixação nos andaimes. Também deverá ser fixada provisoriamente através de buchas, parafusos e arames nas laterais e parte inferior de modo a proteger adequadamente o vão seja contra chuva, sol ou ventos.

Todos os materiais necessários para a instalação e fornecimento estão incluídos.

Após retirada da lona, a CONTRATADA deverá proceder correção das superfícies fcm virtude da fixação da lona de forma a restaurar a forma original da construção, sem custos a CONTRATANTE.

### 8.4 REMOÇÃO DE TAPUMES

Após execução da obra, os tapumes provisórios instalados na obra, deverão ser removidos para local adequado fora da obra.

Para esta obra em questão, foi previsto o desmonte (recorte) dos tapumes de forma a condicioná-los na caçamba de entulho para remoção.

As normas ambientais deverão ser seguidas pela CONTRATADA de modo a dar destinação correta aos entulhos provenientes da obra.

Não haverá, em hipótese alguma, custos para a CONTRATANTE para a remoção dos entulhos da obra, cabendo única e exclusivamente a responsabilidade à CONTRATADA .



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

## 9 SERVIÇOS FINAIS

### 9.1 Limpeza final da obra

Ao longo do serviço, remunera-se uma limpeza de qualidade, ao menos uma vez ao dia, de modo a manter o ambiente adequado e limpo para operação diária da Delegacia, prezando pela saúde e conforto de todos os usuários.

Após o término da obra toda a área deverá ser limpa, observando os procedimentos abaixo descritos:

- a) Remover devidamente da obra todos os materiais e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios;
- b) Proceder à remoção de todo o entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente limpos os seus acessos;
- c) Limpar os elementos de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação;
- d) Dedicar particular cuidado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies;
- e) Remover cuidadosamente todas as manchas e salpicos de tinta de todas as partes e componentes da edificação, dando-se especial atenção à limpeza dos vidros, ferragens, esquadrias e luminárias;
- f) Assegurar a entrega da edificação em perfeito estado, a CONTRATADA executará todos os arremates que julgar necessários e os que a FISCALIZAÇÃO determinar.

Para o cálculo remuneratório deste item, considerou-se, tanto para interna quanto para externa, um metro de largura para cada lado da face do tapume/compensado, totalizando 232,50 metros quadrados, segundo item 7 da planilha orçamentária.

### 9.2 Remoção de entulho

O serviço de remoção de entulho será feito do seguinte modo:

- Acúmulo de metralha e entulho da obra em local previamente apontado pela FISCALIZAÇÃO;
- Previu-se três caçambas de 5m<sup>3</sup> para remoção de entulho, a ser realizada no decorrer da obra e conforme necessidade, conforme item 5.1.1 da planilha orçamentária
- Os funcionários, assim como em todos os serviços, deverão estar munidos de equipamentos de proteção individual.

## 10 ADMINISTRAÇÃO DA OBRA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR**  
**GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

Função do Engenheiro Civil: Coordenar, supervisionar e orientar etapas de execução do objeto, inspecionar os trabalhos acabados, executar testes e ensaios necessários, elaborar relatórios e laudos técnicos, dentre outras tarefas compatíveis da função para a plena execução do empreendimento, nos serviços pertinentes a esta contratação. Fica sob responsabilidade do Engenheiro Civil também o acompanhamento e compatibilização da obra de reforma em questão.

Também deverá estar previsto a presença dos seguintes profissionais:

- 01 (um) mestre de obras;

Toda mão de obra prevista deverá estar devidamente identificada com crachás e uniformes da empresa contratada.

Todos deverão usar EPIs e ou EPCs adequados para a execução do objeto desta contratação.

## **11 DISPOSIÇÕES FINAIS**

A inspeção minuciosa de toda a construção deverá ser efetuada pelos profissionais responsáveis pela obra da CONTRATADA e do CONTRATANTE, acompanhados do mestre ou encarregado, para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados que se julgarem necessários.

Serão procedidos testes para verificação de todas as instalações, aparelhos, equipamentos da edificação, para evitar reclamações futuras.

Todo e qualquer serviço complementar, visando entregar o prédio em perfeitas condições de utilização, de acordo com legislação municipal e normas da ABNT, deverá ser previsto e executado pela CONTRATADA.

A entrega da obra não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas, em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e legislação correlata).

A CONTRATADA deverá providenciar a certidão negativa de débitos junto ao INSS, a CND, além de toda e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados.

Após o recebimento provisório da obra ou serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independente de sua responsabilidade civil.

Deverão ser providenciadas baixas, junto ao CREA da região, da responsabilidade técnica de todos os envolvidos e registrados no conselho.

A CONTRATADA entregará à FISCALIZAÇÃO da PF toda a documentação referente a essas providências, assim como todos os certificados de garantia oferecidos pelos subempreiteiros e fornecedores, os quais sempre deverão ser emitidos em nome da PF.

Imprevistos diversos serão de ônus exclusivo da CONTRATADA até o limite estabelecido no Edital de Licitação da Obra. Serviços extras com ônus para a PF, somente poderão ser executados, se autorizados expressamente pela autoridade competente.

Abaixo seguem vistas, detalhamentos, croquis e plantas baixas dos tapumes a serem instalados nas áreas internas e externas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Foz do Iguaçu/PR, 16 de Maio de 2019.

---

**GERSON MAGGI**

Agente de Polícia Federal  
Mat. 20.351 ANEXO I DO CADERNO DE EN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

**ANEXO I DESTE CADERNO**  
**PLANTA DE PROPOSTA PARA CANTEIRO DE OBRAS**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU/PR  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

